



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

FAZENDA ESTRELA D'ALVA

PERÍODO: 15/08/2017 a 25/08/2017



LOCAL: JACUNDÁ/PA

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (SEDE): S04°41'40.9" / W049°02'58.5"

CNAE: 0151-2/01 – CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE

OPERAÇÃO: 074/2017

SISACTE: 2840



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

ÍNDICE

1. EQUIPE	3
2. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL (EMPREGADOR)	4
3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	4
4. DA AÇÃO FISCAL	5
4.1. Das informações preliminares	5
4.2. Das irregularidades trabalhistas encontradas durante a ação fiscal	7
4.2.1. Da ausência de registro de empregados	7
4.2.2. Da falta de anotação das CTPS no prazo legal	9
4.2.3. Da contratação de trabalhadores que não possuíam CTPS	9
4.2.4. Da falta de pagamento de salários no prazo legal	10
4.2.5. Da ausência de recolhimento de FGTS	10
4.2.6. Da manutenção de trabalhador menor de 18 anos em atividade proibida	11
4.3. Da redução de trabalhadores a condição análoga à de escravo	12
4.3.1. Das condições inadequadas de conservação, asseio e higiene das áreas de vivência	14
4.3.2. Das precárias condições de vedação e segurança das portas e janelas do alojamento ..	18
4.3.3. Da inexistência de armários no alojamento	19
4.3.4. Da indisponibilidade de camas e roupas de cama no alojamento	21
4.3.5. Da indisponibilidade de instalações sanitárias no alojamento	22
4.3.6. Da inexistência de local para refeições nas frentes de trabalho	23
4.3.7. Da ausência de instalações sanitárias nas frentes de trabalho	24
4.3.8. Da inexistência de lavanderia	25
4.3.9. Da ausência de avaliações dos riscos e de materiais de primeiros socorros	26
4.3.10. Da falta de fornecimento de EPI aos trabalhadores	27
4.3.11. Da ausência de exame médico admissional	28
4.3.12. Da falta de capacitação sobre prevenção de acidentes com agrotóxicos	29
4.3.13. Do não fornecimento de EPI e de vestimentas adequadas ao aplicador de agrotóxicos	30
4.3.14. Da falta de fornecimento de água, sabão e toalha para higiene pessoal, quando da aplicação de agrotóxicos	32
4.3.15. Das irregularidades envolvendo o depósito de armazenamento de agrotóxicos	32
4.3.16. Da ausência de capacitação do trabalhador operador de máquinas	36
4.3.17. Da manutenção de instalações elétricas com risco de choque e outros acidentes	37
4.4. Dos trabalhadores não resgatados	38
4.4.1. Da proximidade da moradia familiar com o depósito de ração	39
4.4.2. Da falta de proteção no poço de água da moradia familiar	39
4.5. Da conduta do empregador de embaraçar a fiscalização	40
4.6. Das providências adotadas pelo GEFM	42
4.7. Das Guias de Seguro-Desemprego dos Trabalhadores Resgatados	46
4.8. Dos autos de infração e da NCRE	46
5. CONCLUSÃO	50
6. ANEXOS	52



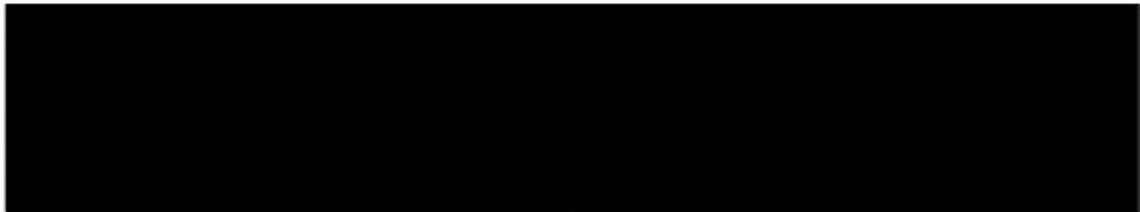
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

1. EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Audítores-Fiscais do Trabalho

-
-
-



Motoristas

-
-



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

-



Procuradora do Trabalho

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

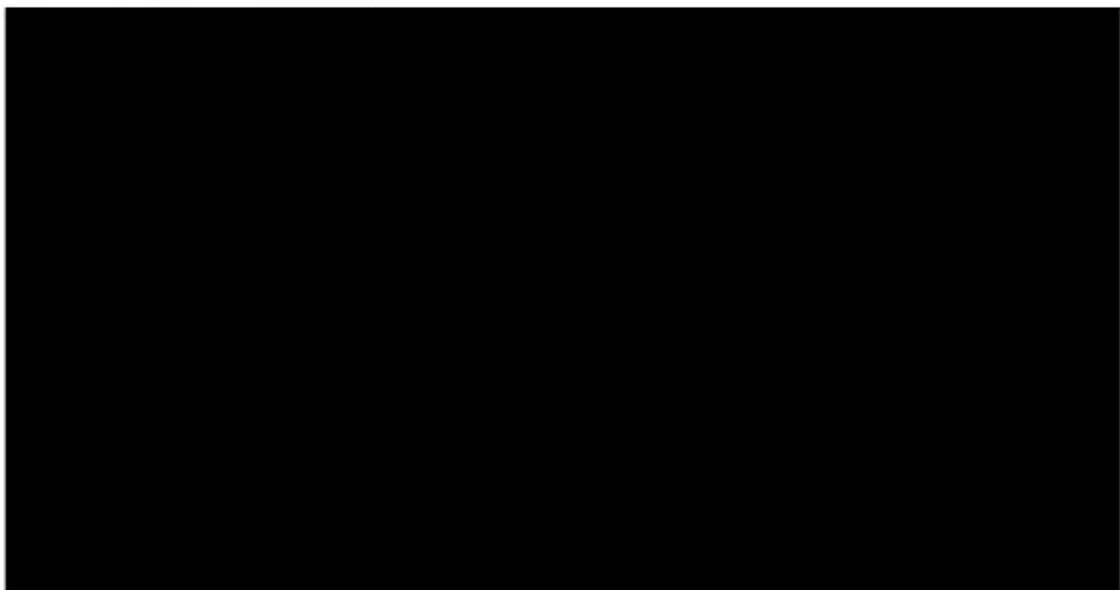
-



Defensora Pública Federal

POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

2. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL (EMPREGADOR)

- Nome: [REDACTED]
- Estabelecimento: FAZENDA ESTRELA D'ALVA
- CPF: [REDACTED]
- CEI: 51.202.28290/83
- CNAE: 0151-2/01 – CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE
- Endereço da fazenda e do empregador: [REDACTED]
- Endereço para correspondência: [REDACTED]
- Telefones: [REDACTED]

3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Trabalhadores alcançados	05
Registrados durante ação fiscal	04
Resgatados – total	03
Mulheres registradas durante a ação fiscal	00
Mulheres resgatadas	00
Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	01
Trabalhadores estrangeiros	00
Trabalhadores estrangeiros registrados durante ação fiscal	00
Trabalhadores estrangeiros resgatados	00
Trabalhadores estrangeiros – mulheres resgatadas	00
Trabalhadores estrangeiros – Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros – Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Guias de seguro-desemprego do trabalhador resgatado	03
Valor bruto das rescisões ¹	R\$ 5.698,13
Valor líquido recebido das verbas rescisórias ²	R\$ 5.250,74
FGTS mensal recolhido no curso da ação fiscal ³	R\$ 0,00
Valor dano moral individual ⁴	R\$ 3.000,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

Valor dano moral coletivo ⁵	R\$ 3.000,00
Nº de autos de infração lavrados ⁶	35
Termos de apreensão de documentos	00
Termos de devolução de documentos	00
Termos de interdição lavrados	00
Termos de suspensão de interdição	00
Prisões efetuadas	00
CTPS emitidas	03

¹ O valor bruto das rescisões não considera o montante devido de FGTS. Está diferente daquele constante da planilha porque, por erro na fórmula, o 13º salário proporcional dos resgatados foi calculado a maior. Contudo, os trabalhadores receberam o que era efetivamente devido.

² O valor líquido corresponde ao bruto, descontados os adiantamentos salariais e a contribuição previdenciária referente ao mês da rescisão.

³ O empregador ficou notificado a recolher o FGTS dos trabalhadores até o dia 06/09/2017, haja vista a falta de tempo hábil para realizar tal operação dentro do período no qual o GEFM estava no Pará.

⁴ Valor total dos danos morais individuais, que ficou assim dividido: R\$ 1.000,00 para cada trabalhador resgatado.

⁵ De acordo com a Cláusula 3 do TAC Emergencial firmado no dia da inspeção física na Fazenda, o empregador se comprometeu a assinar outro TAC com as obrigações de fazer e de não fazer, com previsão de pagamento de dano moral coletivo no valor de R\$ 3.000,00. Embora esta Coordenação tenha solicitado de forma reiterada, à Procuradora do Trabalho que compunha o Grupo, cópia do segundo TAC visando anexá-la ao presente Relatório, até a data de sua impressão e remessa à DETRAE, o documento não foi disponibilizado.

⁶ Caso o empregador não cumpra determinação de informar o CAGED no prazo constante da NCRE, será lavrado o auto de infração capitulado no art. 24 da Lei nº 7.998, de 11/01/1990, c/c art. 6º, inciso II, da Portaria nº 1.129, de 23/07/14, do Ministro do Trabalho. Além disso, se não recolher o FGTS no prazo estipulado, outros autos serão lavrados, referentes a este atributo trabalhista.

4. DA AÇÃO FISCAL

4.1. Das informações preliminares

Na data de 17/08/2017 teve início ação fiscal realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), composto por 03 Auditores-Fiscais do Trabalho, 01 Procuradora do Trabalho, 01 Defensora Pública Federal, 09 Polícias Rodoviários Federais e 02 Motoristas Oficiais, na modalidade Auditoria-Fiscal Mista, conforme art. 30, § 3º, do Decreto Federal nº 4.552 de 27/12/2002 – Regulamento da Inspeção do Trabalho, em curso até a presente data,





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

em estabelecimento rural denominado FAZENDA ESTRELA D'ALVA, localizado na zona rural do município de Jacundá/PA, explorado economicamente pelo empregador supra qualificado, matrícula CEI nº 51.202.28290/83, cuja atividade principal é a criação de gado bovino para corte.

De acordo com Certidão do Registro de Imóveis apresentada pelo empregador, a Fazenda Estrela D'Alva fica localizada na Gleba Jacundá, Lote 09, e possui área total de 269,3939 ha (duzentos e sessenta e nove hectares, trinta e nove ares e trinta e nove centiares). Está registrada no Cartório [REDACTED]

Ao estabelecimento fiscalizado chega-se pelo seguinte caminho: Saindo de Marabá/PA pela Rodovia PA-150, passar pelo bairro Morada Nova e seguir sentido Jacundá/PA; percorrer 60 km a partir de Morada Nova e entrar no ramal de chão na coordenada S04°41'57.6" / W049°04'29.2". Havia um pequeno assentamento com casas cobertas de palha a uns 200 metros após a entrada do ramal de chão, facilmente avistado da pista. Manter à esquerda após 1,5 km. A entrada da Fazenda encontrava-se à direita após 1,2 km (S04°41'41.8" / W049°03'01.0"). O barraco de madeira onde os trabalhadores estavam alojados foi encontrado em S04°41'33.7" / W049°02'49.4", a cerca de 400 metros da sede.

Havia 05 (cinco) trabalhadores em atividade na Fazenda, um na função de vaqueiro, que, porém, estava fazendo cercas no dia da visita do GEFM, um menor de idade, enteado do primeiro, que o ajudava no serviço de cerqueiro, um realizando roço com trator (jerico), um aplicando agrotóxicos (herbicida) e um pedreiro, que fazia serviços de reforma na casa sede da Fazenda. Os elementos caracterizadores da relação de emprego foram encontrados nos contratos firmados entre o sr. [REDACTED] e quatro dos trabalhadores. Apenas o pedreiro, que era pequeno empreiteiro e fazia serviços na moradia do fazendeiro, não se enquadrava como empregado. Com exceção do menor, que começou a trabalhar a pedido do seu padasto, mas com conhecimento do empregador, todos os outros trabalhadores haviam sido contratados diretamente pelo proprietário da Fazenda.

As diligências de inspeção permitiram verificar que 03 (três) trabalhadores estavam reduzidos a condição análoga à de escravo, devido às condições degradantes nas quais foram encontrados, conforme será demonstrado no corpo do presente Relatório. Os trabalhadores resgatados de condições degradantes foram: 1. [REDACTED]

A seguir serão expostas, mais detalhadamente, as irregularidades trabalhistas encontradas no decorrer da operação, as condições a que se encontravam submetidos os trabalhadores em questão, as providências adotadas pelo GEFM, bem como a conduta do administrado em face das orientações da Equipe de Fiscalização.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

4.2. Das irregularidades trabalhistas encontradas durante a ação fiscal

4.2.1. Da ausência de registro de empregados

As diligências de inspeção do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) na Fazenda do administrado acima qualificado permitiram verificar a existência de 4 (quatro) obreiros em plena atividade e na mais completa informalidade, sem o correspondente registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente, o que configurou infração ao art. 41, caput, da CLT. Citamos o rol de prejudicados: 1) [REDACTED]

Todas as atividades da Fazenda eram coordenadas e controladas diretamente pelo proprietário, senhor [REDACTED] o qual se encontrava no local no momento da abordagem da equipe de fiscalização. Não existiam capatazes ou gerentes, de modo que todas as ordens partiam diretamente do senhor Jomar, expediente narrado pelos próprios trabalhadores. Os empregados [REDACTED] (encontrados em condições análogas às de escravo, conforme será descrito em tópico específico deste Relatório) estavam alojados na própria Fazenda, em um barraco de madeira em péssimo estado de conservação. No local foram encontrados seus pertences individuais, redes e documentos pessoais. No momento da fiscalização estavam fazendo serviços em uma frente de trabalho distante da sede. A atividade consistia em roço do mato (juquirá) por meio de roçadeira acoplada a um trator (chamado de [REDACTED] operado pelo empregado [REDACTED] seguida da aplicação do herbicida (popular mata-mato), marca [REDACTED] sobre as moitas, serviço realizado pelo obreiro [REDACTED]. Os trabalhadores eram levados até o local de trabalho pelo próprio fazendeiro, na caçamba de sua caminhonete branca. É digno de nota o fato de o trabalhador ter sido encontrado com as mãos e roupas completamente manchadas pela coloração roxa do herbicida, resultado da completa falta de fornecimento de equipamentos de proteção individual – os herbicidas eram armazenados pelo empregador em uma edificação rústica de madeira imediatamente ao lado de sua casa (sede da Fazenda).

Segundo informação dos trabalhadores, os serviços iniciavam-se por volta das sete horas da manhã e terminavam somente por volta das dezenove horas; havia intervalo para almoço das onze às doze horas. O obreiro Josuel informou que após ficar sabendo por um conhecido que estavam precisando de trabalhadores na Fazenda, dirigiu-se até a propriedade para ver se conseguia o emprego. Na ocasião, em 10/08/2017, acertou diretamente com o fazendeiro o início das atividades para o dia seguinte. Foi combinado o pagamento de diárias de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais). Nos primeiros dias apenas ajudou na captura de um gado





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

brabo que não estava nos rebanhos, para, a partir de 17/08/2017, ter iniciado serviços de aplicação de herbicida.

O trabalhador [REDACTED] informou que também foi contratado diretamente pelo fazendeiro para operar o trator da Fazenda. Foi combinado o pagamento na forma de diárias de R\$ 50,00. Desde a admissão, em 09/08/2017, já havia recebido R\$ 100,00 (cem reais), correspondente ao pagamento de duas diárias. Informou que trabalhava das 7 às 17 horas, com intervalo para almoço das 11:30 às 13 horas.

O vaqueiro [REDACTED] também foi contratado diretamente pelo proprietário, tendo iniciado suas atividades em 27/07/2017. Estava residindo com sua esposa e enteado em uma casa de alvenaria no próprio estabelecimento rural, distante cerca de cem metros da residência do fazendeiro. Relatou que foi combinado um salário fixo de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) por mês, porém não havia recebido nada até o momento, pois foi prometido o pagamento somente após inteirar um mês corrido de serviço. Informou que desde a admissão estava pegando um gado brabo que estava espalhado por vários locais da Fazenda. Iniciava as atividades por volta das cinco horas da manhã, parando por volta das dezenove horas ou até mais. No dia da inspeção, o trabalhador realizava serviços de confecção de cercas.

O enteado do vaqueiro, [REDACTED] estava ajudando o padraсто nas atividades de lida com o gado desde o dia 27/07/2017. Recebia R\$ 30,00 (trinta reais) de diária, repassadas pelo próprio padraсто. A atividade do [REDACTED] eram coordenadas diretamente pelo fazendeiro, o qual fornecia os cavalos e as selas para os serviços. [REDACTED] por ter apenas 17 anos (data de nascimento: 29/09/1999), estava exercendo atividade considerada como uma das piores formas de trabalho infantil (Decreto 6.481, de 12/06/2008).

Segundo os trabalhadores, em nenhum momento o empregador manifestou que iria registrá-los ou que assinaria suas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expediente que demonstra que a intenção do senhor [REDACTED] sempre foi a de manter os empregados na informalidade. Também não foi recolhido o FGTS, realizado qualquer exame médico admissional ou inserida alguma informação nos sistemas oficiais (RAIS/CAGED). Alguns obreiros sequer possuíam a CTPS, como se verá adiante.

Do quanto dito, percebe-se ser clara a presença dos elementos da relação de emprego quanto aos trabalhadores indicados em situação de informalidade. Havia intuito oneroso na prestação de serviços, os quais eram realizados mediante promessa de pagamento por parte do fazendeiro. Os obreiros exerciam suas atividades pessoalmente, sem qualquer tipo de substituição, muito menos habitual, atuando de modo contínuo e regular ao longo do tempo, sendo todos alojados na Fazenda. Estavam inseridos, no desempenho das funções de vaqueiro, ajudante, tratorista e serviços gerais, no ciclo organizacional ordinário do



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

estabelecimento, fundamental para os objetivos econômicos de criação e engorda de gado de corte. O tipo de trabalho, o lugar e a maneira como deveria ser realizado, era determinado de acordo com as necessidades específicas do senhor [REDACTED] com controle direto por meio de ordens pessoais, o que caracteriza de forma bem delimitada a subordinação jurídica.

Cumprir destacar que o empregador, quando consultado durante a fiscalização e na ocasião de apresentação dos documentos notificados (NAD nº 355259170817/01), não demonstrou ou alegou a existência de contratação de trabalho rural por pequeno prazo nos moldes do art. 14-A da Lei 5889/73. Dada à absoluta informalidade e inexistência de empresa prestadora de serviços, também não se aplicou a Lei nº 13429/2017.

O próprio empregador, quando confrontado com os dados apurados pela fiscalização, reconheceu os vínculos empregatício dos citados trabalhadores pela efetivação do registro em Livro, assinou a CTPS e fez o pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores resgatados. Também pagou os valores apurados das horas extras do vaqueiro [REDACTED] acertou o salário referente à competência julho/2017 e pagou todas as verbas devidas ao menor [REDACTED]

4.2.2. Da falta de anotação das CTPS no prazo legal

Além de não ter registrado em livro próprio os contratos de emprego dos trabalhadores encontrados na Fazenda realizando atividades voltadas à criação de bovinos para corte, e em consequência desta irregularidade, constatou-se também que o empregador deixou de cumprir a obrigação legal de anotar as CTPS no prazo.

Nenhum dos obreiros citados acima estava com contrato de emprego anotado na CTPS. Alguns nem possuíam o documento. As anotações das Carteiras ocorreram no curso da ação fiscal, quando o empregador reconheceu os vínculos dos trabalhadores e fez a formalização.

4.2.3. Da contratação de trabalhadores que não possuíam CTPS

Mais do que deixar de anotar os contratos de emprego nas Carteiras de Trabalho, o empregador contratou obreiros que sequer possuíam tal documento. Destarte, dos 04 (quatro) trabalhadores que deveriam ter a CTPS anotada, 03 (três) não possuíam o referido documento.

As Carteiras de Trabalho adiante relacionadas foram confeccionados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel no curso da ação fiscal, nos termos do artigo 3º da Portaria





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

01/1997 do MTb [REDACTED]

(CTPS nº [REDACTED])

4.2.4. Da falta de pagamento de salários no prazo legal

Conforme detalhado no tópico 4.2.1 do presente Relatório, em síntese, o empregador prometeu pagar ao vaqueiro [REDACTED] a remuneração de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) mensais, porém, até o dia da inspeção na Fazenda (17/07/2017), o empregador não havia realizado o pagamento da competência 07/2017. Quando questionado, o senhor [REDACTED] informou que desconhecia a normatização ora capitulada, sendo que sempre esperou inteirar 1 mês de trabalho para realizar o pagamento, independente do dia.

Conforme estabelece o artigo 459, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, o empregador deve efetuar o pagamento no máximo até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido. O artigo celetista também determina que o pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês.

Em 22/08/2017, por ocasião da apresentação dos documentos requeridos na Notificação para Apresentação de Documentos – NAD, o empregador não apresentou o recibo de pagamento justamente porque tal obrigação não era efetivada.

4.2.5. Da ausência de recolhimento de FGTS

As entrevistas realizadas com os trabalhadores e as consultas aos sistemas institucionais revelaram que o empregador deixou de depositar o percentual do FGTS do vaqueiro [REDACTED] admitido em 27/07/2017, e do seu ajudante [REDACTED] admitido em 27/07/2017, ambos referentes à competência 07/2017.

Conforme estabelece a lei 8036/1990, todos os empregadores são obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração PAGA ou DEVIDA, no mês anterior, a cada trabalhador. Neste sentido, o empregador deixou de depositar o FGTS referente a todas as competências trabalhadas. Por ocasião da oportunidade dada para apresentação dos documentos requeridos na Notificação para Apresentação de Documentos, o empregador não apresentou as guias pagas de recolhimento do FGTS, justamente porque tais depósitos não eram realizados. Além disso, em consulta aos sistemas da Caixa Econômica Federal foi verificado, de fato, ausência de qualquer recolhimento fundiário para os citados empregados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

Embora tenha sido notificado a apresentar os comprovantes de recolhimento do FGTS, o empregador não apresentou referidos documentos, justamente porque os depósitos não haviam sido realizados. Além disso, em consulta aos sistemas da Caixa Econômica Federal foi verificado, de fato, ausência de qualquer recolhimento fundiário para os citados empregados.

Registre-se que o empregador ficou notificado por meio de Termo de Registro anexado ao Livro de Inspeção do Trabalho, a regularizar os depósitos do FGTS até o dia 06/09/2017, sob pena de ser lavrada Notificação de Débito do Fundo de Garantia e da Contribuição Social – NDFC, além dos demais autos cabíveis.

4.2.6. Da manutenção de trabalhador menor de 18 anos em atividade proibida

O trabalhador [REDACTED] 17 anos (data de nascimento: 29/09/1999 - Certidão de Nascimento com matrícula nº [REDACTED] Cartório [REDACTED] foi mantido em atividades proibidas pelo Decreto 6.481, de 12/06/2008, que regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000.

O empregado ajudava seu padraсто, [REDACTED] vaqueiro da Fazenda, a lidar com a vacada. Para tanto, recebia a diária de R\$ 30,00, repassadas pelo padraсто. Todas as ordens eram passadas ao vaqueiro e ajudante pelo fazendeiro [REDACTED] uma vez que era ele que dirigia pessoalmente o estabelecimento rural.

Desde que iniciara as atividades, relatou que o serviço consistia basicamente em pegar o gado brabo que estava espalhado por diversas áreas da Fazenda. O trabalho era executado montado em cavalo, a céu aberto, e exigia esforço físico intenso. Informou que não estava trabalhando há alguns dias devido a uma assadura nas pernas, decorrente do atrito com a sela do animal (de propriedade do fazendeiro). Além disso, a atividade dava-se das cinco horas da manhã e prosseguia até o anoitecer, com um pequeno intervalo para refeição. O menor estava afastado dos estudos.

A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), artigo 3º, alínea "d", determina que é considerada entre as piores formas de trabalho infantil os trabalhos que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral dos menores de dezoito anos. Neste rol temos os itens 7 e 81 da Lista TIP. Segundo o item 7, nos trabalhos com animais, o menor está exposto a acidentes com animais e contato permanente com vírus, bactérias, parasitas, bacilos e fungos, podendo





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

causar afecções musculoesqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; tuberculose; carbúnculo; brucelose; leptospirose; tétano; psitacose; dengue; hepatites virais; dermatofitoses; candidíases; leishmanioses cutâneas e cutaneomucosas e blastomicoses. O item 81 da lista TIP, que trata das atividades realizadas ao ar livre, esclarece que a exposição do menor à radiação solar, chuva e frio pode causar intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actínicas; hipertemia; dermatoses; dermatites; conjuntivite; queratite; pneumonite; fadiga; intermação.

Soma-se às adversidades citadas a presença de forte carga psicológica, uma vez que, por estar alojado na Fazenda e permanentemente em serviço, é impossibilitado de frequentar a escola, sendo também mantido longe do convívio social com amigos. Tal atividade, para um corpo ainda em formação e amadurecimento cognitivo, é um verdadeiro desastre, sendo, por isso, expressamente proibido pela legislação em comento.

Salientamos que o empregador assinou um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), em 17/08/2017, onde se comprometeu a pagar ao menor a quantia de R\$ 1.957,30 (mil novecentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos) como verbas rescisórias.

Em 17/07/2017 foi lavrado pela auditoria, e recebido pelo fazendeiro, o devido Termo de Afastamento do menor, conforme determina a Instrução Normativa nº 102, do Ministério do Trabalho.

4.3. Da redução de trabalhadores a condição análoga à de escravo

No curso da ação fiscal, por meio de inspeções no local de trabalho, entrevista com trabalhadores, reunião com o Sr. [REDACTED] empregador, constatou-se que este mantinha trabalhadores sob condições contrárias às disposições de proteção ao trabalho, desrespeitando as normas de segurança e saúde do trabalhador, submetendo-os a CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO E DE VIDA, em flagrante desacordo com os tratados e convenções internacionais concernentes aos direitos humanos, ratificados pelo Brasil, bem como às normas constitucionais e infraconstitucionais do ordenamento jurídico pátrio, conforme será demonstrado nos tópicos seguintes.

A condição análoga a de escravo ficou evidenciada pelo conjunto das situações a que os trabalhadores alojados na Fazenda foram submetidos. Tais situações vão, desde a contratação informal, até as indignas condições de alojamento e frentes de trabalho impostas aos mesmos. A referida prática ilícita é caracterizada pelas infrações trabalhistas devidamente autuadas, e que juntas demonstram que os trabalhadores estiveram mantidos em condições degradantes





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

de trabalho e de vida, tudo conforme relato que se segue e que demonstra o conjunto de irregularidades ora identificadas.

Os obreiros pernoitavam em uma casa com paredes de madeira, telhas de amianto e piso de cimento, que apresentava precário estado de conservação, asseio, higiene e segurança. Além disso, não foram disponibilizados armários individuais para a guarda dos objetos pessoais dos trabalhadores; não havia instalações sanitárias no alojamento e nas frentes de trabalho; a água usada para tomar banho era visivelmente contaminada e o local não guardava qualquer privacidade; não havia local para refeições nas frentes de trabalho.

Da mesma forma, o empregador deixou de realizar avaliações dos riscos e de implementar ações voltadas à saúde e segurança dos trabalhadores; deixou de equipar o estabelecimento rural com materiais de primeiros socorros; os obreiros não haviam recebido equipamentos de proteção individual adequados aos riscos aos quais estavam expostos, inclusive na aplicação de agrotóxicos; não tinham sido submetidos a exames médicos admissionais e trabalhavam na mais completa informalidade.

Importante destacar que todos os fatos eram de conhecimento do empregador e que o comando de toda a situação era diretamente exercido por ele, que residia na Fazenda.

Estes empregados estavam, portanto, submetidos a condições de vida e trabalho que aviltam a dignidade humana e caracterizam situação degradante, tipificando o conceito de trabalho análogo ao de escravo, conforme art. 149 do Código Penal. O art. 2º-C da Lei 7998/90, determina o resgate dos trabalhadores encontrados nesta situação em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho, como demonstrado pelo conjunto de autos de infração lavrados na ação fiscal - sobretudo aquele capitulado no art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho -, em flagrante desrespeito aos tratados e convenções internacionais concernentes aos direitos humanos, ratificados pelo Brasil - a exemplo das Convenções da OIT nº 29 (Decreto nº 41.721/1957) e 105 (Decreto nº 58.822/1966), da Convenção sobre Escravatura de 1926 (Decreto nº 58.563/1966) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica - Decreto nº 678/1992) - que têm força cogente e caráter supralegal em relação ao ordenamento jurídico pátrio, não sendo possível afastar seu cumprimento da seara administrativa.

Dessa forma, cumpre demonstrar detalhadamente, com a utilização de fotografias registradas durante a inspeção física realizada, a desobediência aos preceitos legais de proteção ao trabalho, que culminaram com a redução dos trabalhadores a condição análoga à de escravo.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

4.3.1. Das condições inadequadas de conservação, asseio e higiene das áreas de vivência

A edificação utilizada como alojamento pelos três trabalhadores resgatados, cujos nomes foram supracitados, como dito, era de madeira e estava em precário estado de conservação, asseio, higiene e segurança. As paredes e teto continham poeira, teias de aranha e buracos que possibilitavam circulação de animais, peçonhentos ou não, para o interior da casa. Os empregados relataram a existência de cobras e outros animais peçonhentos nos arredores do alojamento. No momento da inspeção foi encontrada uma aranha caranguejeira em uma das ripas do telhado, na parte interna da casa.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL



Fotos: Casa de madeira onde estavam alojados os trabalhadores. Havia buracos e frestas nas paredes. Uma aranha caranguejeira foi encontrada no telhado do interior da edificação.

Quando chovia, o interior da casa costumava ficar bastante molhado, pois o telhado estava quebrado em diversos pontos. O piso continha rachaduras e, em alguns locais, estava quebrado ao ponto de aparecer a terra.



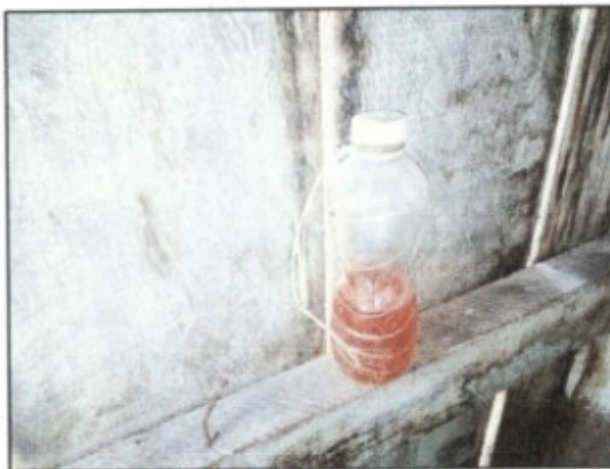
Fotos: Buraco no telhado e rachaduras no piso do alojamento.

O alojamento possuía quatro cômodos, sendo uma sala e três quartos, cada um ocupado por um trabalhador. Eram cômodos pequenos equipados apenas com as redes e objetos de uso pessoal dos trabalhadores. Além disso, a casa servia também para guarda de materiais usados na Fazenda – foram encontradas peças de motosserra, saco de entulho, colher de pedreiro e um vasilhame com resto de combustível em um dos cômodos





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL



Fotos: Combustível, peça de motosserra e lixo. Tudo encontrado nos quartos do alojamento.

Havia lixo de todo tipo espalhados nos arredores do alojamento. Garrafas plásticas de óleo de cozinhar e refrigerantes vazias, embalagens de margarina, café, arroz e outros mantimentos, restos de comida, roupas e plásticos queimados foram alguns dos itens encontrados espalhados ao lado da casa.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL



Fotos: Lixo que havia espalhado nos arredores do alojamento.

Nos fundos e distando cerca de três metros do alojamento, verificou-se a existência de um local que antes era usado por trabalhadores para defecar. Consistia em um buraco no chão sobre o qual foram dispostas duas tábuas largas com cortes no meio de forma que, juntas, formavam uma abertura por onde passavam as fezes que caíam no buraco. Antes esse local era um reservado cercado de palhas de palmeira, porém a ação do tempo e das intempéries fizeram com que as palhas e a madeira apodrecessem, razão pela qual deixou de ser usado pelos obreiros. Contudo, os restos da construção descrita e a abertura que permanece no chão, dentro da qual há vestígios de dejetos humanos, contribuía para atrair insetos e animais peçonhentos e aumentar a sujeira e o risco de contaminação.



Fotos: Restos do reservado que antes era usado pelos trabalhadores como local para defecar.

As condições supra descritas tornavam a permanência diuturna nas áreas de vivência disponibilizadas pelo empregador incompatível com a dignidade da pessoa humana de cada trabalhador.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

4.3.2. Das precárias condições de vedação e segurança das portas e janelas do alojamento

Reitere-se que embora o alojamento possuísse paredes de madeira, as tábuas das quais era feito estavam deterioradas pela ação do tempo e possuíam muitas frestas e buracos. Da mesma forma, as portas e janelas, também de madeira, continham aberturas de até cinco centímetros, tanto na vertical quanto no rodapé das portas, capazes de permitir a entrada de animais peçonhentos, como cobras e escorpiões, bem como dos ventos e águas das chuvas que incidiam lateralmente na casa. Também não possuíam sistema de trancamento, permanecendo abertas, podendo ser fechadas, mas não trancadas pelos trabalhadores.



Fotos: As portas e janelas do alojamento não podiam ser trancadas e possuíam aberturas, tanto no sentido horizontal, quanto no vertical.

A ausência de portas e janelas que assegurassem o resguardo, a segurança e o conforto dos trabalhadores em seu descanso noturno acarretava riscos à sua segurança e à sua saúde, à medida que os colocavam sujeitos à ação de pessoas mal-intencionadas, de animais selvagens, insetos em geral e de animais peçonhentos (cobras, lacrais e escorpiões), bem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

como expostos a intempéries - podendo contrair doenças respiratórias - e a riscos biológicos relativos a doenças infectocontagiosas, tal como a leptospirose.

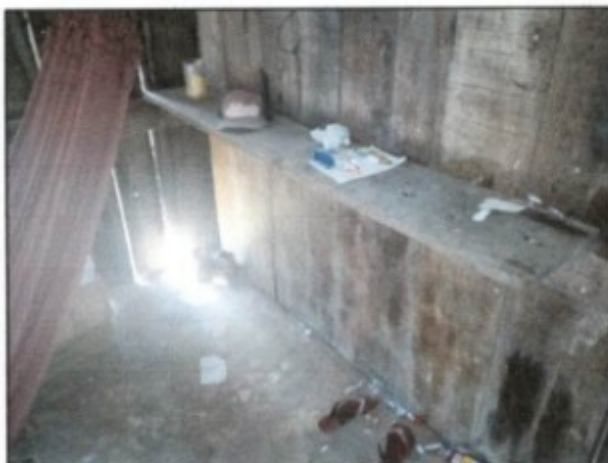
4.3.3. Da inexistência de armários no alojamento

Os trabalhadores estavam dispostos no alojamento da seguinte forma: Entrando-se pela porta frontal da casa, o obreiro [REDACTED] aplicador de agrotóxicos, dormia no quarto da direita; no primeiro da esquerda pernoitava o empregado [REDACTED] [REDACTED] tratorista; e no último da esquerda dormia o trabalhador [REDACTED] pedreiro. Em todos os ambientes se observou a completa falta de armários para guarda de objetos pessoais, situação que obrigava os trabalhadores a manterem suas roupas, sapatos, produtos de higiene e demais pertences espalhados desordenadamente no interior dos cômodos, diretamente ao chão, pendurados nas paredes ou em varais, sobre prateleiras de madeira improvisadas, dentro de sacolas, mochilas ou caixas de papelão e em cima das redes onde dormiam.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL



Fotos: Pertences dos trabalhadores encontrados espalhados, devido à ausência de armários individuais, no interior do alojamento durante a inspeção física,





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

Evidentemente, essa maneira improvisada de guardar os pertences, fruto da inexistência de armários individuais, contribuía para a desorganização e falta de asseio do local e dos próprios pertences, que ficavam expostos a todo tipo de sujidade, prejudicando, assim, o conforto dos empregados alojados e a higienização do ambiente. Ademais, tal situação potencializava o surgimento e proliferação de insetos e animais transmissores de doenças, como ratos, comprometendo, ainda mais, a saúde desses trabalhadores.

4.3.4. Da indisponibilidade de camas e roupas de cama no alojamento

O empregador acima qualificado não disponibilizou camas nem roupas de cama aos trabalhadores, desobedecendo, respectivamente, o disposto nos itens 31.23.5.1, alínea "a", e 31.23.5.3 da Norma Regulamentadora nº 31 (NR-31). Os trabalhadores que ocupavam as dependências disponibilizadas pelo empregador para pernoite e descanso declararam que as redes, lençóis, cobertores e travesseiros não foram fornecidos pelo empregador, mas adquiridos às suas expensas, e que em nenhum momento o empregador sinalizou no sentido de fornecer os referidos itens. Tais declarações foram corroboradas pela falta de apresentação, por parte do empregador, após devidamente notificado, das notas fiscais de aquisição de roupas de cama e dos comprovantes de entrega aos obreiros.



Fotos: Redes encontradas no interior do alojamento, adquiridas pelos próprios trabalhadores.

Tal situação, além de configurar desrespeito ao previsto em norma, avilta a dignidade dos trabalhadores, os quais, após cansativas jornadas de trabalho, não dispõem de condições para um descanso adequado.

Vale lembrar que o empregador deve cumprir, ao desenvolver uma atividade econômica, determinadas obrigações relativas à legislação trabalhista e ainda às normas de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

saúde e segurança do trabalho. Desta maneira, ao se furtar de tais obrigações o empregador acaba por, de maneira indireta, repassar os riscos e ônus de sua atividade econômica para os trabalhadores, caracterizando um dos motivos de seu enriquecimento sem justa causa.

Neste sentido, o artigo 2º da CLT, é descumprido com tal conduta, pois é o empregador quem deve arcar com todos os custos do processo produtivo de seu estabelecimento, uma vez que é ele quem tira proveito econômico da situação, não sendo lícito que ele transfira a seus empregados o ônus de sua atividade econômica, deixando de assumir a responsabilidade, dentre diversas outras, pelo fornecimento gratuito de camas e/ou redes, conforme o costume local.

4.3.5. Da indisponibilidade de instalações sanitárias no alojamento

Nenhuma instalação sanitária foi encontrada no interior ou exterior do alojamento. Apenas os restos da estrutura descrita no item 4.3.1 supra, que não mais servia aos trabalhadores.

Embora tenha sido alegado que durante o dia, enquanto estivessem nas proximidades da casa sede onde mora o proprietário da Fazenda, os trabalhadores pudessem usar os banheiros lá existentes, é fato que, exceto o pedreiro, apenas no horário do almoço – quando não almoçavam nas frentes de trabalho – os outros dois obreiros permaneciam próximos à sede – o almoço era consumido pelos trabalhadores em área externa da referida casa, onde havia mesa e cadeiras. Nas demais horas do dia em que não estavam em atividade os trabalhadores permaneciam no alojamento, inclusive para descanso noturno, local onde não existiam instalações sanitárias, como já salientado, o que os obrigava, tal qual os animais, a utilizar os matos para fazerem as necessidades fisiológicas de excreção.

Ressalte-se que a sede da Fazenda fica localizada a cerca de quatrocentos metros do alojamento, impossibilitando que os trabalhadores se deslocassem até lá sempre que sentissem necessidade de usar o banheiro, principalmente no período noturno.

Além disso, os trabalhadores tomavam banho em local que distava cerca de cinquenta metros do alojamento, uma baixada onde havia um buraco no chão com cerca de dois metros de diâmetro por um metro e meio de profundidade, no qual a água da minação do terreno brejeiro se acumulava. Eles apanhavam esta água, que continha coloração turva (barrenta), com o uso de baldes e se banhavam ali mesmo, ao ar livre e à beira de um jirau de madeira, que era usado para depositar os produtos de higiene. No mesmo jirau e com a mesma água, lavavam suas roupas.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL



Fotos: Buraco de onde os trabalhadores apanhavam água com baldes para tomar banho, ao lado do jirau improvisado de madeira.

Evidentemente essas situações não ofereciam qualquer privacidade, e, ainda, sujeitavam os trabalhadores a contaminações diversas, o que, além de atentar moralmente contra sua dignidade, expunha-os a risco de ataques de animais silvestres e peçonhentos, bem como a irritações dérmicas diversas devido ao contato com vegetação, insetos e animais no local. A ausência de instalações sanitárias prejudicava ainda a adequada descontaminação e higienização das mãos, inclusive após a evacuação, para prevenir infecções causadas por agentes patogênicos presentes nas fezes humanas.

Dessa forma, vê-se que os trabalhadores estavam privados de condições de higiene fundamentais à prevenção de doenças veiculadas pelo contato com fezes humanas que, em vez de terem destinação adequada em sistema de esgoto ou fossa, ficavam expostas no entorno de seus locais de trabalho e alojamento, favorecendo a presença de insetos vetores de doenças e a ocorrência de contaminação por doenças de veiculação oro-fecal, como as causadas por enterobactérias patogênicas, poliovírus, enterovírus, vírus da hepatite A, entre outros.

4.3.6. Da inexistência de local para refeições nas frentes de trabalho

As frentes de trabalho da Fazenda não continham qualquer estrutura para proteção dos trabalhadores contra as intempéries durante o período destinado às refeições. Embora alguns trabalhadores se deslocassem até o alojamento na hora do almoço, as diligências de inspeção permitiram verificar que outros, sobretudo devido às distâncias, tomavam as refeições no próprio local de trabalho. Para tanto, os trabalhadores se posicionavam na base de algum



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

arbusto, sob a sombra de seus ramos, sentados em tocos de madeira, sobre pedras ou até mesmo no próprio terreno. Os trabalhadores ficavam expostos à poeira, aos raios solares, à chuva e a picadas de animais peçonhentos, sem qualquer condição de conforto e, especialmente, de higiene, com comprometimento inclusive da qualidade de sua alimentação, sujeita dessa forma à contaminação, o que exacerbava o risco de doenças infecciosas.



Fotos: Frente de trabalho onde foram encontrados trabalhadores roçando e fazendo cercas.

Um dos principais riscos à saúde do trabalhador que realiza atividades a céu aberto é a exposição prolongada à radiação solar, que tem sido relacionada a diversos efeitos danosos à saúde, incluindo o câncer de pele. Evidentemente, a alternativa encontrada pelos trabalhadores, de realizar as refeições no chão, sob céu aberto, os expunha ao sol e a eventuais chuvas durante o período destinado ao repouso e alimentação. Também não eram fornecidas capas de proteção de chuvas, chapéus e protetores solares.

4.3.7. Da ausência de instalações sanitárias nas frentes de trabalho

De acordo com os itens 31.23.3.4 e 31.23.3.2 da NR-31, o empregador deveria ter disponibilizado em suas frentes de trabalho, instalações sanitárias, fixas ou móveis, compostas de vaso sanitário e lavatório que possuísem: a) portas de acesso para impedir o devassamento e construídas de modo a manter o resguardo conveniente; b) fossem separadas por sexo; c) situadas em locais de fácil e seguro acesso; d) dispusessem de água limpa e papel higiênico; e) estivessem ligadas a sistema de esgoto, fossa séptica ou sistema equivalente; e f) possuísem recipiente para coleta de lixo.

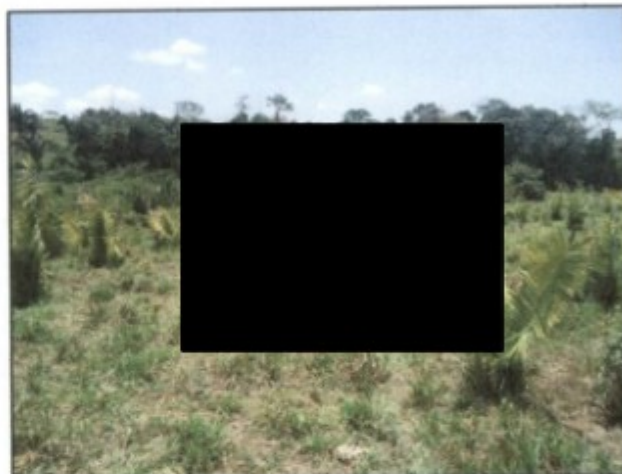
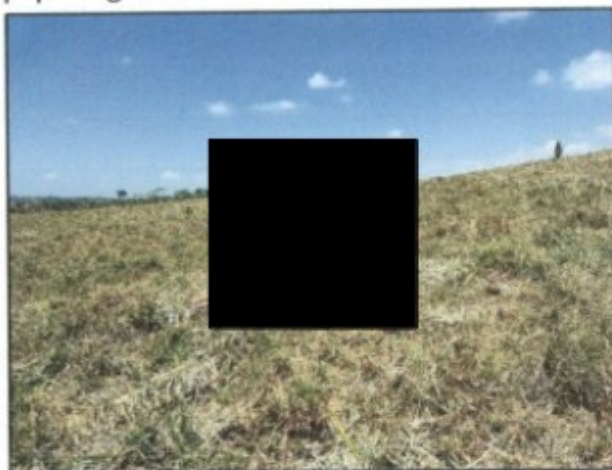
Contudo, nas frentes de trabalho, em toda a extensão da Fazenda, quer para os cerqueiros, quer para os demais trabalhadores, não existia nem mesmo uma fossa seca, também permitida pela legislação, de modo que os trabalhadores eram obrigados a utilizar os





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

matos para satisfazerem suas necessidades de excreção. O empregador também não fornecia papel higiênico.



Fotos: Frente de trabalho onde atuavam os cerqueiros e o empregado que roçava com trator.

A irregularidade em análise sujeitava os trabalhadores às mesmas condições descritas no item 4.3.5 supra, quais sejam: falta de privacidade; possibilidade de contaminações diversas; risco de ataques de animais silvestres e peçonhentos; irritações dérmicas devido ao contato com vegetação, insetos e animais silvestres; impossibilidade de descontaminação das mãos após a evacuação, devido à ausência de lavatório.

4.3.8. Da inexistência de lavanderia

A ausência de lavanderia obrigava os trabalhadores a lavar suas roupas no mesmo local e com a mesma água que tomavam banho, conforme descrição minuciosa feita no tópico 4.3.5 do presente Relatório.



Fotos: Local onde os trabalhadores lavavam as roupas e tomavam banho.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

Mencione-se que de acordo com o item 31.23.1, alínea "e", da NR-31, o empregador deveria ter disponibilizado a seus empregados lavanderia instalada em local coberto, ventilado e adequado, dotada de tanques e água limpa.

É oportuno destacar a importância de um local adequado para higienização das roupas para a preservação da saúde dos trabalhadores, haja vista, em especial, a própria sujeira decorrente das atividades realizadas a céu aberto em campo, bem como a sudorese profusa, dado que os trabalhos de roçadas, aplicação de defensivos e limpeza de pastagens exigem esforços físicos, com exposição ao sol.

4.3.9. Da ausência de avaliações dos riscos e de materiais de primeiros socorros

Além de a ausência de avaliações de risco ter sido constatada "in loco" na inspeção realizada no estabelecimento e por meio das entrevistas com os trabalhadores, o empregador foi devidamente notificado a exibir os documentos necessários ao desenvolvimento da ação fiscal, entre eles, documentos comprobatórios das medidas de Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho Rural, bem como documentos comprobatórios do planejamento e implantação de ações de saúde e comprovante de fornecimento de EPI. No entanto, na data marcada, o empregador deixou de apresentar os documentos requisitados, justamente porque não existiam.

Nas frentes de serviço existiam trabalhadores desempenhando atividades de roço com trator, confecção de cercas, pastoreio do gado e aplicação de agrotóxico.

Cabe ressaltar que, no curso de suas atividades, os trabalhadores estavam sujeitos a uma série de riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos, dentre os quais podem ser citados: lesões provocadas por vegetais cortantes, escoriantes e perfurantes; lesões provocadas por ferramentas perfuro-cortantes, como foice e facão; contaminação devido à aplicação de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins; ataques de animais peçonhentos, como cobras, lacraias, aranhas e escorpiões; contração de doenças provocadas pelo contato com os animais da Fazenda; contração de doenças devido à exposição às intempéries, ao calor, e a radiação solar; desenvolvimento de problemas osteomusculares, devido a esforços físicos acentuados e a vibrações de máquinas, como motosserras.

Tais condições ensejavam do empregador a obrigatoriedade de identificação e avaliação dos riscos em face das atividades desenvolvidas no empreendimento. Entretanto, não foram identificadas quaisquer medidas por parte do empregador para avaliar, eliminar, nem controlar os riscos inerentes aos trabalhos realizados pelos empregados do estabelecimento, ignorando ainda a possibilidade de agravamento de eventuais problemas de saúde que os mesmos já possuísem.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

Outra irregularidade encontrada no estabelecimento foi a ausência de materiais para prestação de primeiros socorros, imprescindíveis para atenuar possíveis repercussões deletérias à saúde e à integridade física dos empregados, pois a adequada prestação dos primeiros socorros tem papel preponderante em casos de acidentes, podendo não só evitar ou minimizar sequelas, mas também, em alguns casos, significar a diferença entre a vida e a morte do acidentado.

A inexistência do kit de primeiros socorros foi verificada tanto durante a inspeção realizada no estabelecimento, a partir de declarações dos trabalhadores, quanto no dia da apresentação dos documentos requisitados por meio da NAD, haja vista nenhum documento foi apresentado neste sentido, justamente porque o estabelecimento rural não estava equipado com material necessário à prestação de primeiros socorros.

Ao deixar de realizar a análise e avaliação de riscos e de implantar medidas capazes de preservar a saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, o empregador negligencia os perigos e efeitos nocivos que sua atividade produtiva pode causar aos trabalhadores sob sua responsabilidade, entregando-os à própria sorte e aos conhecimentos apenas empíricos sobre o modo de trabalhar e a maneira de prevenir acidentes, o que é insuficiente para criar um ambiente minimamente seguro de trabalho. Além disso, sem a avaliação de riscos, não há como conhecer os meios eficazes para que tais riscos sejam eliminados ou, caso eventualmente isso não seja possível, providenciar adoção e fornecimento de equipamentos de proteção coletiva e individuais mais adequados ao exercício da atividade laboral. Ressalte-se que o cometimento da presente irregularidade pelo empregador em epígrafe, colocava em risco a segurança dos trabalhadores.

Saliente-se que a ausência de avaliações dos riscos ocupacionais para a segurança e saúde dos trabalhadores e de materiais de primeiros socorros, somadas às demais irregularidades apontadas no presente Relatório, ensejavam, em razão da exposição dos trabalhadores aos riscos acima mencionados, maior probabilidade de ocorrência de acidentes e de graves danos à sua saúde, podendo também ser consideradas, portanto, caracterizadoras da situação de degradância da qual os obreiros foram resgatados.

4.3.10. Da falta de fornecimento de EPI aos trabalhadores

Mesmo diante da evidente necessidade de fornecimento de EPI, haja vista a existência dos riscos descritos no tópico anterior, o empregador deixou de cumprir a obrigação legal também nesse aspecto. Tal afirmação pode ser feita por conta dos seguintes pontos: i) inspeção física conduzida no estabelecimento e a constatação que os empregados não usavam equipamentos de proteção adequados. Destaca-se que os trabalhadores laboravam com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

calçados e roupas próprias; ii) não apresentação das notas de compra de EPI's nem recibo de entrega dos mesmos aos trabalhadores, mesmo após devidamente notificado para tanto.



Foto: Empregado na frente de trabalho, trajado da forma que trabalhava, com roupas próprias e sem utilização de EPI.

A obrigatoriedade de fornecimento de EPI aos trabalhadores se dá pelo evidente desenvolvimento das atividades em um ambiente de trabalho cercado de vegetação nativa, com grande extensão, fato que acarreta a inviabilidade técnica de implantação das medidas de proteção coletiva; bem como porque, ainda que pudessem ser implantadas, pelos mesmos motivos não ofereceriam completa proteção contra os riscos decorrentes do trabalho.

Saliente-se que a ausência de tais equipamentos de proteção somada às demais irregularidades apontadas no presente Relatório, mormente a ausência de avaliação dos riscos ocupacionais para a segurança e saúde dos trabalhadores, ensejava, em razão da exposição dos mesmos aos riscos acima mencionados, maior probabilidade de ocorrência de acidentes e de graves danos à sua saúde, podendo ser também considerada, portanto, caracterizadora da situação de degradância da qual os obreiros foram resgatados.

4.3.11. Da ausência de exame médico admissional

A inexistência de exame médico admissional foi constatada durante a inspeção nos locais de trabalho e permanência dos trabalhadores por meio de entrevistas dirigidas aos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

empregados, que declararam não terem sido submetidos a nenhum tipo de acompanhamento médico antes ou depois de iniciarem suas atividades laborais, nem esclarecidos sobre a existência ou não de riscos ocupacionais específicos de suas atividades, não sendo, portanto, avaliados quanto à sua aptidão física e mental para o trabalho desenvolvido.

A declaração dos trabalhadores quanto a não realização de exames médicos quando de sua contratação foi corroborada pela análise dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) apresentados pelo empregador, após solicitados pela fiscalização por meio de Notificação para Apresentação de Documentos. Na data fixada, foram apresentados quatro Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), sendo um admissional, do trabalhador [REDACTED] três demissionais, referentes aos trabalhadores [REDACTED]

[REDACTED] porém todos datados do dia 18/07/2017, fato que comprova a realização dos exames em data posterior ao início da ação fiscal.

A análise da aptidão dos trabalhadores para o desempenho das funções contratuais põe em relevo o importante papel da medicina do trabalho, correlacionando as atividades a serem desempenhadas com as características biopsicofisiológicas dos empregados. Nesse contexto, além de ser obrigatório para todo e qualquer trabalhador, o exame médico admissional é indispensável por tratar-se de medida que avalia a aptidão do trabalhador para exercer as suas atividades.

Saliente-se que a ausência de exames médicos admissionais somada às demais irregularidades apontadas no presente Relatório, inclusive a ausência de avaliação dos riscos ocupacionais para a segurança e saúde dos trabalhadores, ensejava, em razão da exposição dos mesmos aos riscos acima mencionados, maior probabilidade de ocorrência de acidentes e de graves danos à sua saúde, podendo também ser considerada, portanto, caracterizadora da situação de degradância da qual os obreiros foram resgatados.

4.3.12. Da falta de capacitação sobre prevenção de acidentes com agrotóxicos

As diligências de inspeção permitiram verificar que o trabalhador [REDACTED] fazia aplicação de agrotóxicos na Propriedade inspecionada a fim de controlar o crescimento de plantas daninhas às pastagens. O trabalhador declarou aos membros do GEFM que era responsável pela dosagem do produto e utilizava uma bomba costal para a aplicação de agrotóxicos. Porém, não recebeu qualquer treinamento sobre a manipulação correta e segura do produto aplicado, nos termos da previsão normativa.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

Ressalte-se que no dia da inspeção realizada nas frentes de trabalho, o citado obreiro fazia aplicação do agrotóxico Padron, tendo sido encontrado pelos membros do GEFM com as mãos, os braços e as roupas de uso pessoal, manchados com a cor violeta, devido ao derramamento do produto que estava sendo manipulado.



Foto: Trabalhador com as mãos e roupas sujas de agrotóxico.

Embora tenha sido devidamente notificado a exhibir os documentos necessários ao desenvolvimento da ação fiscal, entre eles, comprovantes de treinamentos realizados sobre segurança, saúde e sobre prevenção de acidentes com agrotóxicos, na data marcada, nenhum documento nesse sentido foi apresentado, fato que ratificou a informação prestada pelo empregado de que não tinha ele sido submetido a treinamento para aplicação de agrotóxicos.

A omissão do empregador, dentre outras irregularidades, ensejou o manuseio, a manipulação e a aplicação de agrotóxicos por trabalhador não capacitado, gerando maior probabilidade de ocorrência de contaminações acidentais em decorrência da falta de percepção do obreiro acerca da gravidade do risco a que estava exposto e da ausência de domínio sobre práticas seguras para a realização da atividade desenvolvida.

4.3.13. Do não fornecimento de EPI e de vestimentas adequadas ao aplicador de agrotóxicos

Conforme salientado no tópico anterior, o empregado [REDACTED] fazia aplicação de agrotóxicos na Fazenda com a finalidade de combater o mato dos pastos, tendo sido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

inclusive flagrado logo após a aplicação do produto em área que estava sendo roçada, com os braços e roupas de uso pessoal manchados com a cor violeta, por não ter recebido qualquer vestimenta específica e Equipamento de Proteção Individual – EPI adequados para a realização dessa tarefa.



Fotos: Trabalhador que fazia aplicação de agrotóxicos. As roupas, braços e mãos estavam sujas do produto manipulado.

Alguns dos equipamentos de proteção individual apontados como de uso obrigatório pelas bulas dos produtos encontrados na Fazenda são os seguintes: macacão de algodão impermeável com mangas compridas passando por cima do punho das luvas e as pernas das calças por cima das botas; botas de borracha; máscara com filtro mecânico classe P2; óculos de segurança com proteção lateral e luvas de nitrila.

A despeito de tudo o que acima se expôs, o empregador não fornecia roupas próprias para a aplicação de agrotóxicos, nem tampouco os equipamentos de proteção individual obrigatórios, conforme se constatou durante inspeção física no estabelecimento rural. Tal situação obrigava o empregado a usar suas roupas pessoais e a manipular os produtos tóxicos sem qualquer equipamento de proteção.

A ausência de fornecimento de EPI e de vestimentas adequadas aos trabalhadores expostos a agrotóxicos acarreta riscos à sua saúde e segurança, pois aumenta sobremaneira a possibilidade de contaminação, sendo inúmeras as consequências da intoxicação por estas substâncias. E como fatores agravantes da situação, cite-se a irregularidade tratada no tópico anterior.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

4.3.14. Da falta de fornecimento de água, sabão e toalha para higiene pessoal, quando da aplicação de agrotóxicos

Constatou-se durante inspeção física que, nem nas frentes de trabalho, nem nas áreas de vivência, tinham sido disponibilizados pelo empregador material para higiene pessoal ao trabalhador que fazia aplicação de agrotóxicos, infrações que ajudam a caracterizar a situação insegura à qual o trabalhador estava exposto.

A disponibilização de material para higiene pessoal para os empregados que realizam a aplicação de agrotóxicos representa uma importante medida no sentido de prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e agravamento de doenças ocupacionais envolvendo produtos tóxicos, além de garantir um meio ambiente de trabalho saudável. Como se sabe, os agrotóxicos são absorvidos pelo corpo humano pelas vias respiratória, dérmica e oral, por meio de inalação, contato direto e aspiração. Oportuno mencionar que esses produtos podem causar quadros agudos e crônicos de intoxicação. Os chamados quadros agudos podem ser de leve a grave e, em geral, manifestam-se por náusea, vômito, cefaleia, tontura, desorientação, agitação, parestesias, irritação de pele e mucosas, formigamentos, dificuldade respiratória, podendo chegar a hemorragia, convulsões, coma e até mesmo à morte. Os chamados efeitos crônicos, que estão relacionados com exposições por longos períodos e em baixas concentrações, são de reconhecimento clínico bem mais difícil, principalmente quando há exposição a contaminantes diversos, situação muito usual no trabalho em meio rural, sendo mais difícil o reconhecimento de uma associação entre causa e efeito. Os sintomas comumente descritos são reações alérgicas, alterações imunológicas, genéticas, malformações congênitas, câncer, além de efeitos nocivos sobre os sistemas respiratório, cardiovascular, hepático, reprodutivo, endócrino, trato gastrointestinal, pele, olhos e sistema nervoso central, inclusive com alterações comportamentais.

Com isso, a conduta omissiva do empregador, não fornecendo material para higiene pessoal para o trabalhador quando da aplicação de agrotóxicos, e, como agravantes da situação, a falta de local adequado para a guarda das roupas pessoais do aplicador de agrotóxicos, entre outras infrações, acabaram gerando riscos adicionais de adoecimento tanto ao obreiro que lidava diretamente com os produtos, quanto aos que com ele dividiam o espaço do alojamento, e que foram resgatados de condições degradantes.

4.3.15. Das irregularidades envolvendo o depósito de armazenamento de agrotóxicos

Durante a inspeção realizada na Fazenda, foram encontrados os seguintes agrotóxicos: GLIFOSATO ATANOR 48 - herbicida sistêmico da ação total do grupo químico glicina substituída, de classificação toxicológica III (MEDIANAMENTE TÓXICO); PLANADOR - herbicida



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

seletivo de ação sistêmica, sendo Fluroxipir-meptílico do grupo químico Ácido Piridiniloxialcanoico e o Picloram do grupo químico Ácido Piridinocarboxílico, de classificação toxicológica I (EXTREMAMENTE TÓXICO); ROUNDUP - herbicida não seletivo, de ação sistêmica do grupo químico glicina substituída, de classificação toxicológica III (MEDIANAMENTE TÓXICO); e PADRON - herbicida seletivo de ação sistêmica, sendo Picloram do grupo químico ácido piridinocarboxílico, de classificação toxicológica I (EXTREMAMENTE TÓXICO).

O depósito onde os agrotóxicos utilizados no estabelecimento rural eram armazenados consistia basicamente em um pequeno cômodo de madeira coberto com telhas de amianto, localizado aos fundos e bem próximo (cerca de dois metros) da casa sede da Fazenda, que servia também para guardar ferramentas, máquinas e outros utensílios da Fazenda. Esta edificação não contava com quaisquer placas, cartazes ou outros avisos sobre a presença de produtos tóxicos em seu interior.



Fotos: Depósito de agrotóxicos da Fazenda, sem qualquer sinalização de perigo.

Além disso, as paredes da edificação onde eram armazenados os agrotóxicos apresentavam precário estado de conservação, havendo frestas entre as tábuas, algumas já corroídas por cupins.

É importante ressaltar que o local de armazenamento dos agrotóxicos acima descrito estava em completo desacordo com a norma técnica, a NBR 9843:2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): Agrotóxico e Afins – Armazenamento, movimentação e gerenciamento em armazéns, depósitos e laboratórios. O item 4.2.1.b da NBR deixa claro e evidente que, com relação às características físicas do armazém, a edificação deve ser de ALVENARIA. Como descrito pormenorizado no tópico anterior, o galpão era de madeira.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL



Fotos: Frestas existentes nas paredes do depósito de agrotóxicos, que eram de madeira.

Os vasilhames de agrotóxicos, de vinte litros em sua maioria, encontradas no interior da edificação estavam depositados diretamente sobre o chão, sob uma bancada de madeira e encostadas em uma das paredes.



Fotos: Embalagens de agrotóxicos armazenados sobre o chão e encostadas nas paredes.

Foram encontrados no interior desta edificação, amontoados e/ou jogados em todos os cantos, os seguintes objetos: machados, bomba costal de aplicação de defensivos, correntes e outras peças de motosserras, rolos de arame liso, máquina roçadeira manual, cavadeira, cordas, utensílios de montaria, bomba de encher pneu, peças de trator, trena, sacos, caixas e outros objetos não identificados, além dos vasilhames cheios e vazios de agrotóxicos. Dado o tamanho do cômodo e a quantidade de coisas armazenadas, o espaço para circulação era bastante reduzido, sobretudo porque muitos objetos, inclusive os galões



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

de defensivos, ficavam depositados no chão. Outro fator que não permitia a descontaminação do depósito de agrotóxicos é o material usado em sua construção, pois, como dito, possuía paredes de madeira e piso de cimento cascado.



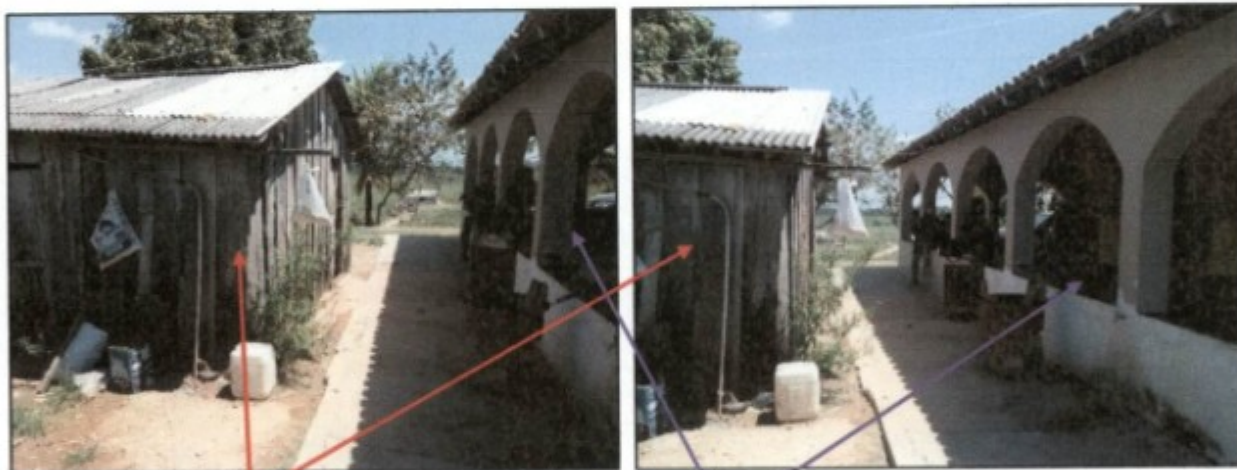
Fotos: Interior do depósito de agrotóxicos, onde também eram armazenados diversos materiais e ferramentas de uso na Fazenda.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

Outra irregularidade encontrada no depósito de agrotóxicos foi a inexistência de ventilação. A edificação possuía apenas uma porta e uma janela lateral, que ficava permanentemente fechada. Embora existissem frestas entre as tábuas das paredes, e um pequeno vão entre as paredes e o telhado, tais aberturas não eram adequadas para ventilação, conforme exige a NR-31. Pelo contrário, configuram também uma irregularidade, haja vista que permitem o acesso de animais ao interior do depósito.

Por fim, ressalte-se que a referida edificação estava localizada ao lado da área externa da casa sede, onde havia uma mesa com cadeiras que eram utilizadas pelos trabalhadores no momento da tomada das refeições. Além disso, a cozinha onde os alimentos eram preparados, dentro da casa sede, ficava a menos de trinta metros do depósito de defensivos.



Fotos: Depósito de agrotóxicos ficava ao lado da varanda da casa, onde havia uma mesa com cadeiras, e os trabalhadores consumiam as refeições.

Todas as situações narradas, referentes ao depósito de agrotóxicos, analisadas em conjunto com aquelas que dizem respeito à condição do trabalhador que realizava as aplicações (falta de capacitação sobre prevenção de acidentes com agrotóxicos; ausência de fornecimento de EPI; uso de roupas pessoais na aplicação; e ausência de água, sabão e local adequado para a descontaminação pessoal após manipular os defensivos), todas descritas supra, contribuíam para a caracterização de ambiente propício à ocorrência de acidentes de trabalho e agravamento de doenças ocupacionais relacionadas a agrotóxicos.

4.3.16. Da ausência de capacitação do trabalhador operador de máquinas

Durante a visita do GEFM à propriedade rural, o trabalhador [REDAZIDA]

[REDAZIDA] foi identificado como operador de um trator "jerico" utilizado para roçar pastagens.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

Questionado se havia recebido treinamento para manuseio e operação da máquina em questão, o empregado respondeu negativamente.

O item 31.12.74 da NR-31 estabelece que o programa da capacitação para os operadores de máquinas deve abranger partes teórica e prática, com o seguinte conteúdo mínimo: a) descrição e identificação dos riscos associados com cada máquina e as proteções específicas contra cada risco; b) funcionamento das proteções; como e por que devem ser usadas; c) como, por quem e em que circunstâncias pode ser removida uma proteção; d) o que fazer se uma proteção é danificada ou perde sua função, deixando de garantir uma segurança adequada; e) princípios de segurança na utilização da máquina; f) segurança para riscos mecânicos, elétricos e outros relevantes; g) procedimento de trabalho seguro; h) ordem ou permissão de trabalho; e i) sistema de bloqueio de funcionamento das máquinas e implementos durante a inspeção e manutenção.

O empregador foi devidamente notificado através da Notificação para Apresentação de Documentos, para comprovar o fornecimento de capacitação ao operador de máquina da Fazenda e, na data e hora fixadas, não apresentou qualquer comprovação de treinamento do operador de trator.

A falta de capacitação para manuseio e operação de máquinas e implementos agrícolas expõe o trabalhador a riscos, em virtude do desconhecimento acerca das características e da forma de trabalho com tais equipamentos, que, em regra, costumam ser perigosos, devido à potência e às zonas de perigo que possuem. Dessa forma, a omissão do empregador acarreta aumento da probabilidade de ocorrência de acidentes, em decorrência da falta de percepção do obreiro acerca da gravidade do risco a que estava exposto e da ausência de domínio sobre práticas seguras para a realização da atividade desenvolvida.

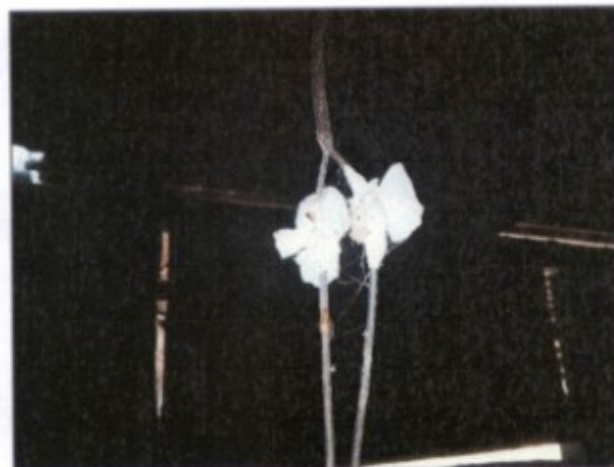
4.3.17. Da manutenção de instalações elétricas com risco de choque e outros acidentes

Durante a inspeção física no alojamento dos trabalhadores resgatados, constatou-se que as instalações elétricas apresentavam risco de choque elétrico e outros tipos de acidentes.

Entre as irregularidades encontradas, podem ser citadas: instalações elétricas improvisadas, com a fiação elétrica exposta e mantida em meio aéreo, sem proteção por eletrodutos; isolamento impróprio de emendas na fiação elétrica com pedaços de plástico, sem o uso de fitas isolantes de alta fusão; ausência de proteção dos circuitos elétricos por sistema de disjuntores termomagnéticos; rede em péssimo estado de conservação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL



Fotos: Instalação elétrica de um dos quartos do alojamento.

Saliente-se que tais instalações elétricas não atendiam a qualquer parâmetro de segurança da NBR/ABNT 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão). Além da evidente exposição dos trabalhadores ao risco de choque elétrico, havia possibilidade de incêndio da estrutura de madeira em caso de sobrecarga ou curtos-circuitos.

4.4. Dos trabalhadores não resgatados

No dia da visita do GEFM ao estabelecimento rural, conforme dito acima, foram encontrados 05 (cinco) trabalhadores em plena atividade, quatro dos quais eram empregados – um dos trabalhadores, embora tenha sido resgatado, desempenhava a função de pedreiro e realizava reforma na casa do empregador, na condição de pequeno empreiteiro, razão pela qual não foi enquadrado como empregado. Contudo, dos quatro empregados, dois ficavam no precário alojamento – e por isso foram resgatados pelo GEFM – e dois moravam em outra casa cedida pelo empregador, em família.

A família era composta pelo vaqueiro [REDACTED] sua esposa [REDACTED] e os quatro filhos dela, dentre eles o menor [REDACTED] que trabalhava como ajudante do seu padrasto (Joel).

Embora todos os trabalhadores tenham sido prejudicados por algumas das infrações mencionadas, dentre as quais podem ser citadas: ausência de registro e de anotação das CTPS, ausência de medidas de gestão e segurança das condições de trabalho, o conjunto das mesmas não permitiu concluir pela submissão dos cinco obreiros acima referidos a condições degradantes de trabalho e vida, haja vista que, diferentemente do alojamento dos resgatados, a residência da família era uma casa de alvenaria com boas condições de habitação, segurança, higiene e conforto. Havia instalações sanitárias e locais adequados para o preparo





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

e para a tomada das refeições. Entretanto, algumas irregularidades encontradas na citada moradia ensejaram lavratura de autos de infração, conforme descrições abaixo.

4.4.1. Da proximidade da moradia familiar com o depósito de ração

Um dos cômodos da moradia, o que ficava junto da varanda e ao lado da cozinha utilizada pela família, era utilizado para a guarda de sal mineral, milho e outros produtos que eram utilizados para a preparar ração para o gado. O cômodo citado ficava separado da cozinha e da sala utilizadas pela família por uma parede apenas.



Fotos: Depósito de ração e sal mineral, que ficava ao lado da moradia familiar.

O proprietário da Fazenda reconheceu em depoimento prestado ao GEFM, reduzido a termo, que naquele cômodo da moradia da família eram guardados sal e ração para o gado.

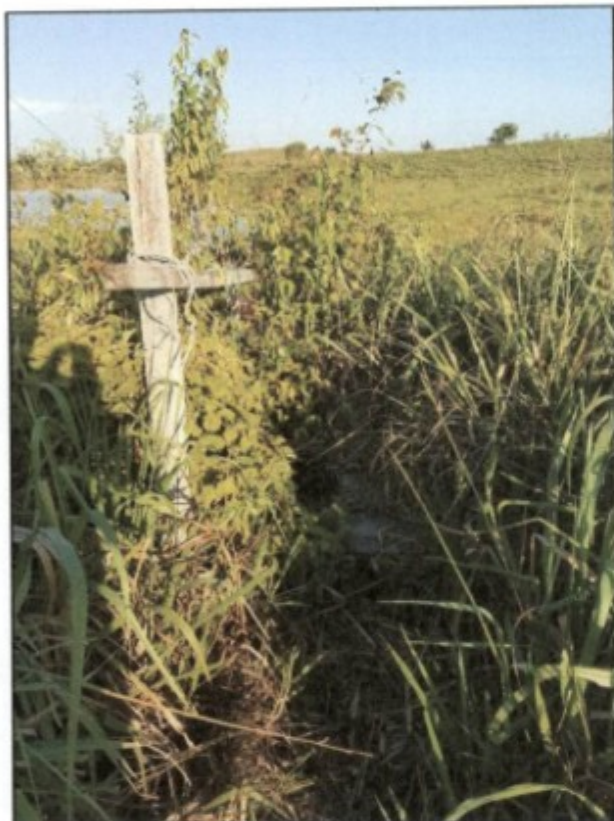
4.4.2. Da falta de proteção no poço de água da moradia familiar

O poço da moradia da família não possuía vedação que impedisse a contaminação por impurezas ou por fezes de animais. Era localizado próximo à casa e estava cercado de mato e capim. Continha apenas algumas tábuas espaçadas na [REDACTED] aberturas que inclusive permitiam visualizar a água em seu interior, que era de coloração marrom e tinha folhas e outros detritos na superfície. Além disso, as paredes do poço não eram encamisadas, ou seja, não possuíam revestimento interior.

A água do poço era utilizada pela família do trabalhador para asseio corporal, lavagem de roupa e para uso geral.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL



Fotos: Poço tipo cisterna de onde os habitantes da moradia familiar retiravam água.

A inexistência da devida proteção contra contaminação no poço da moradia expõe o empregado, sua companheira e seus filhos ao risco de uso e consumo de água oriunda de fonte não segura à saúde.

4.5. Da conduta do empregador de embaraçar a fiscalização

O GEFM chegou à Fazenda Estrela D'Alva por volta das 10 horas da manhã, ocasião em que se dirigiu imediatamente à sede do estabelecimento rural, onde residia e se encontrava o empregador supra qualificado.

Inquirido sobre a existência de trabalhadores na Fazenda, o sr. [REDACTED] prestou a falsa informação de que cuidava sozinho de todo o rebanho de gado, ou seja, segundo ele, afóra o pedreiro que realizava reforma na casa sede e foi imediatamente entrevistado pelo GEFM, não havia outros trabalhadores no estabelecimento rural. Essas declarações foram sustentadas pelo empregador até o momento em que foi encontrado pelo GEFM, já no final



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

da manhã, o vaqueiro [REDACTED] que, entretanto, estava realizando serviços de confecção de cercas com a ajuda do seu enteado. Após esse fato, o empregador mudou os argumentos e passou a dizer que somente [REDACTED] trabalhava na Fazenda como cerqueiro, e que ele, empregador, cuidava do gado sozinho, tocando o rebanho com a camionete. Informou que [REDACTED] só o ajudou por uns dias a trocar um gado de pasto.

Ainda no início dos trabalhos e logo após a saída de parte da equipe para inspecionar a casa de madeira encontrada a cerca de 400 metros de distância da sede, o sr. [REDACTED] saiu no seu carro. Após perceber a evasiva, parte dos PRF que compunham a equipe foi atrás do empregador. Porém, já o encontraram retornando do local onde o empregado [REDACTED] trabalhava confeccionando cercas. O trabalhador [REDACTED] chegou à sede sozinho montado em sua motocicleta. As diligências de inspeção permitiram averiguar, entretanto, que o sr. [REDACTED] havia saído com a intenção de ordenar que os demais obreiros da Fazenda se escondessem para não serem encontrados pela Fiscalização. Para tanto, chegou próximo ao local onde eles trabalhavam e mandou que enteado do [REDACTED] menor que também era trabalhador do estabelecimento rural, levasse recado ao tratorista (jériqueiro) [REDACTED] e ao aplicador de herbicidas [REDACTED] para que eles se evadissem imediatamente. Os três trabalhadores (o menor, [REDACTED] permaneceram escondidos no mato por longo tempo. As tentativas de localizá-los realizadas pelos membros do GEFM foram em vão, até que em meados da tarde, um jovem trabalhador chamado [REDACTED] que havia chegado à Fazenda naquela manhã e aguardava conversar com o fazendeiro para iniciar um teste na função de vaqueiro, se prontificou a tentar encontrá-los, alegando ser amigo próximo de um deles. Autorizado pela coordenação do Grupo a realizar o intento, o jovem saiu de moto e, meia hora depois, retornou com os três trabalhadores em questão.

Quanto à tapera de madeira que ficava a 400 metros de distância da sede, inicialmente o sr. [REDACTED] declarou que estava abandonada, que nenhum trabalhador nela pernoitava. Após a inspeção feita pelos membros do GEFM, quando foram encontrados roupas, produtos de higiene pessoal e documentos de trabalhadores em seu interior, o empregador mudou o discurso e sustentou que certamente tais objetos seriam de caçadores. A insistência dos integrantes do GEFM, que estranharam a situação de o proprietário da Fazenda desconhecer quem nela adentra ou dela sai, fez com que ele mudasse novamente o discurso, passando a dizer que os pertences poderiam ser também de pessoas que estavam colhendo o açaí por ele vendido a um terceiro. Mesmo depois de terem sido encontrados os verdadeiros ocupantes da tapera de madeira, um dos quais era o próprio pedreiro e, os outros, o jériqueiro e o aplicador de agrotóxicos que estavam escondidos, o sr. [REDACTED] continuou sustentando aquilo que vinha dizendo. Somente ao final dos trabalhos, já à noite, depois de consultar o seu advogado, o empregador reconheceu que os três trabalhadores ocupavam o referido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

alojamento e concordou em realizar o pagamento das verbas rescisória decorrentes da rescisão dos contratos pelo resgate.

O empregador também deixou de prestar esclarecimentos verdadeiros aos AFT componentes do Grupo Móvel quando, questionado, alegou que não usava agrotóxicos na Fazenda há muito tempo, e que os defensivos encontrados no cômodo de madeira lá estavam guardados devido à impossibilidade de descartá-los da forma correta, pois não havia serviços de coleta na região. Segundo ele, inclusive, muitos estavam com o prazo de validade vencido. As constatações do GEFM foram no sentido contrário, pois as diligências de inspeção permitiram verificar que os produtos ainda estavam dentro dos prazos de validade, e que um dos trabalhadores que permaneceram escondidos aplicava agrotóxicos. Tal fato pôde ser verificado através de entrevista e coleta de depoimento do citado trabalhador, bem como pelas perceptíveis manchas que haviam em suas mãos, braços e roupas pessoais, na coloração violeta, oriundas do derramamento do agrotóxico Padron, que ele aplicava durante aquele dia de trabalho.

Por fim, o sr. [REDACTED] quando perguntado, informou que não havia menores de 18 anos prestando serviços na Fazenda. Todavia, as entrevistas e coletas de depoimento realizadas demonstraram que o menor [REDACTED] enteado do vaqueiro/cerqueiro Joel, o ajudava nos trabalhos diariamente, recebendo dele o valor de R\$ 30,00 por dia de serviço. A situação era de total conhecimento do sr. [REDACTED] tanto que na tentativa de esconder parte dos empregados da Fazenda, ele se utilizou do próprio menor, que estava em plena atividade na frente de trabalho, para transmitir a ordem de ficarem escondidos aos demais trabalhadores.

As atitudes do empregador, narradas supra, causaram embaraço à fiscalização, nos termos do art. 630, § 3º e § 6º, da CLT, uma vez que as tentativas de omitir a existência de empregados no estabelecimento, a existência e aplicação de agrotóxicos e as atividades do trabalhador menor de 18 anos, aconteceram no intuito de encobrir as irregularidades trabalhistas e, assim, impedir a plena atividade da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

4.6. Das providências adotadas pelo GEFM

Além das entrevistas realizadas durante a inspeção do GEFM no estabelecimento, foram colhidos e reduzidos a Termo (CÓPIAS ANEXAS), por auditores-fiscais do trabalho e pela procuradora do trabalho, os depoimentos dos trabalhadores resgatados e do menor afastado do trabalho. A tomada dos depoimentos ocorreu nas imediações da sede da Fazenda e no interior da moradia familiar. Da mesma forma, o empregador foi ouvido e teve suas declarações reduzidas a Termo (CÓPIA ANEXA).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL



Fotos: Coleta dos depoimentos de dois dos trabalhadores resgatados.

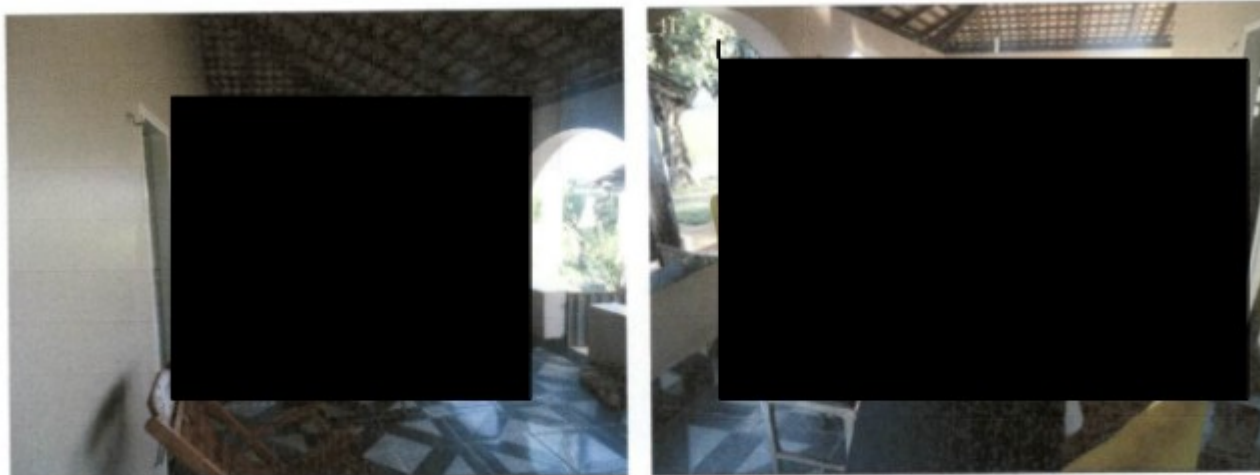
Na mesma ocasião, foram explicadas ao empregador a composição e as atribuições do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), bem como que o conjunto das condições de vida e trabalho dos trabalhadores que pernoitavam na Fazenda caracterizavam a submissão destes a condições degradantes, tendo como consequência o rompimento dos contratos de trabalho, após serem formalizados, e o pagamento das verbas rescisórias devidas. Posteriormente, foram apresentadas duas planilhas (CÓPIAS ANEXAS) ao empregador, uma contendo os valores rescisórios e de danos morais individuais – estipulados pela representante do MPT – devidos aos trabalhadores resgatados, outra com as verbas rescisórias devidas ao menor. Além disso, também foram entregues na mesma oportunidade ao empregador o Termo de Afastamento do Trabalho do menor (CÓPIA ANEXA) e a Notificação para Apresentação de Documentos – NAD nº 355259170817/01 (CÓPIA ANEXA).

O empregador entrou em contato com seu advogado, por meio de telefone, algumas vezes durante a reunião com o GEFM e, após analisar as planilhas, concordou em realizar o pagamento de todos valores devidos, inclusive a título de horas extraordinárias e DSR ao empregado [REDAZIDO], calculados pelo GEFM no curso da inspeção física e a partir de declarações do trabalhador e do empregado. Dessa forma, os representantes do MPT e da DPU elaboraram o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Emergencial (CÓPIA ANEXA) através do qual o sr. [REDAZIDO] se comprometeu a pagar todos os valores no dia 22/08/2017, na sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Marabá – PTM Marabá, local de apresentação dos documentos requisitados na NAD. A reunião entre o GEFM e o empregador foi registrada em Ata (CÓPIA ANEXA).





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL



Fotos: Reunião entre o GEFM e o empregador.

Finalizadas as tratativas com o empregador, já no início da noite, ele foi informado que os obreiros resgatados deveriam deixar a Fazenda imediatamente, dadas as condições às quais estavam submetidos. Assim, esclarecidos também os trabalhadores sobre a situação, o pedreiro e o aplicador de agrotóxicos foram conduzidos até suas casas, nas cidades de Nova Ipixuna e Jacundá, respectivamente, nas caminhonetes do Ministério do Trabalho, em virtude da inexistência de outro meio de transporte naquele horário. Já o operador de trator se deslocou para a residência com sua motocicleta, que estava na Fazenda.

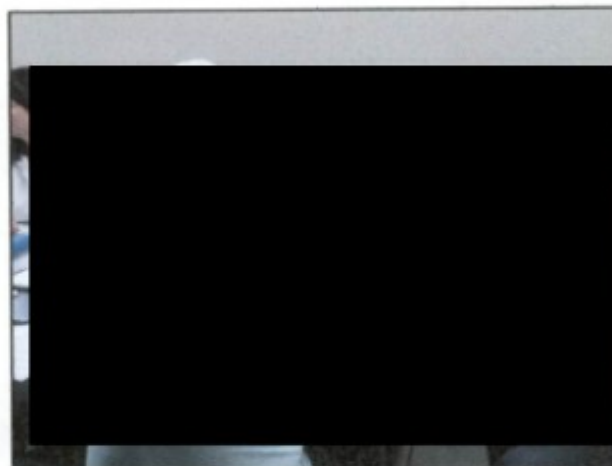
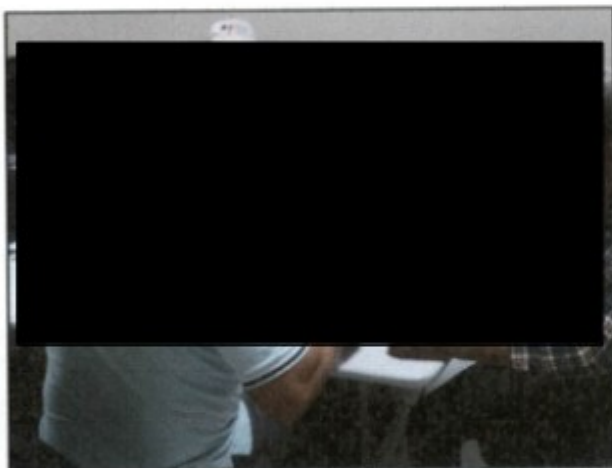


Foto: Retirada dos trabalhadores da Fazenda.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

No dia 22/08/2017, o empregador compareceu ao local marcado, PTM Marabá, acompanhado do seu advogado e da sua filha, quando apresentou os seguintes documentos: Certidão de registro do imóvel rural; Livro de Inspeção do Trabalho; Livro de Registro de Empregados; ASO admissional do vaqueiro [REDACTED] ASOs demissionais dos dois empregados resgatados e do menor; e Nota Fiscal de aquisição de utensílios de montaria. Nenhum outro documento foi apresentado. Na mesma data foi realizado o pagamento das verbas rescisórias aos trabalhadores resgatados, bem como ao menor, de acordo com as planilhas. Além disso, as guias de seguro-desemprego foram preenchidas e entregues aos trabalhadores. Dois dos trabalhadores resgatados e o menor não possuíam CTPS, que foram emitidas pelo GEFM na mesma data.



Fotos: Pagamento das verbas rescisórias e dos danos morais individuais.

O empregador ficou notificado, com Termo de Registro anexado ao Livro de Inspeção do Trabalho (CÓPIA ANEXA), a apresentar, até o dia 18 de maio de 2017, por e-mail, os seguintes documentos: 1) Guias de Recolhimento do FGTS mensal/GFIP (com Relação de Empregados + comprovante de pagamento) do trabalhador [REDACTED] desde a data de admissão; 2) GRRF com Demonstrativos do Trabalhador e comprovante de recolhimento do FGTS rescisório dos trabalhadores [REDACTED] bem como do menor [REDACTED] Acerto do CAGED de admissão de todos os empregados do estabelecimento; 4) CAGED de desligamento dos trabalhadores cujos vínculos empregatícios foram encerrados; 5) Comprovantes de pagamento da multa pelo atraso na informação dos CAGED de admissão, quando for o caso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

4.7. Das Guias de Seguro-Desemprego dos Trabalhadores Resgatados

Foram emitidas e entregues aos trabalhadores 03 (três) guias de seguro-desemprego do trabalhador resgatado (CÓPIAS ANEXAS), de acordo com tabela abaixo.

	EMPREGADO	Nº DA GUIA
1.		5002 000061
2.		5002 000063
3.		5002 000064

4.8. Dos autos de infração e da NCRE

As irregularidades descritas neste Relatório ensejaram a lavratura de 35 (trinta e cinco) autos de infração, os quais foram remetidos ao empregador pelos Correios, haja vista a sua recusa em recebê-los pessoalmente. Da mesma forma, lavrou-se a Notificação para Comprovação de Registro de Empregado – NCRE nº 4-1.273.364-1, enviada pelos Correios juntamente com os autos.

Caso não seja comprovado o recolhimento do FGTS no prazo estipulado, serão lavrados e remetidos pelos Correios, a Notificação de Débito do Fundo de Garantia e da Contribuição Social – NDFC, bem como os autos de infração respectivos, juntando-se cópia de tudo a este Relatório posteriormente.

Segue, abaixo, a relação detalhada dos autos lavrados, bem como, em anexo, as cópias dos mesmos, podendo ainda vir a ser lavrados outros, caso o empregador não cumpra a determinação de informar o CAGED e de recolher o FGTS no prazo determinado.

	Nº DO AI	EMENTA	INFRAÇÃO	CAPITULAÇÃO
1.	21.273.319-2	001405-2	Deixar de prestar ao AFT os esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições legais.	Art. 630, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
2.	21.273.359-1	001727-2	Manter empregado trabalhando sob condições contrárias às disposições de proteção do trabalho, quer seja submetido a regime de trabalho forçado, quer seja reduzido à condição análoga à de escravo.	Art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho c/c art. 2º C da Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990.
3.	21.273.364-8	000010-8	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	Art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

	Nº DO AI	EMENTA	INFRAÇÃO	CAPITULAÇÃO
4.	21.273.380-0	000005-1	Deixar de anotar a CTPS do empregado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do início da prestação laboral.	Art. 29, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
5.	21.273.384-2	000001-9	Admitir empregado que não possua CTPS.	Art. 13, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
6.	21.273.447-4	000978-4	Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS.	Art. 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.
7.	21.273.448-2	001398-6	Deixar de efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado.	Art. 459, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
8.	21.273.449-1	001603-9	Manter trabalhador com idade inferior a 18 (dezoito) anos em atividade nos locais e serviços insalubres ou perigosos, conforme regulamento.	Art. 405, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho.
9.	21.273.450-4	131346-0	Manter áreas de vivência que não possuam condições adequadas de conservação, asseio e higiene.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.2, alínea "a", da NR-31.
10.	21.273.452-1	131375-4	Disponibilizar alojamento que não tenha portas e janelas capazes de oferecer boas condições de vedação e segurança.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea "c", da NR-31.
11.	21.273.453-9	131374-6	Deixar de dotar o alojamento de armários individuais para guarda de objetos pessoais.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea "b", da NR-31.
12.	21.273.456-3	131373-8	Deixar de disponibilizar camas no alojamento ou disponibilizar camas em desacordo com o disposto na NR-31.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea "a", da NR-31.
13.	21.273.457-1	131472-6	Deixar de fornecer roupas de cama adequadas às condições climáticas locais.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.3 da NR-31.
14.	21.273.459-8	131341-0	Deixar de disponibilizar instalações sanitárias aos trabalhadores.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "a", da NR-31.
15.	21.273.460-1	131372-0	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, abrigos que protejam os trabalhadores das intempéries durante as refeições.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.4.3 da NR-31.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

	Nº DO AI	EMENTA	INFRAÇÃO	CAPITULAÇÃO
16.	21.273.461-0	131363-0	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.3.4 da NR-31.
17.	21.273.462-8	131479-3	Manter moradia familiar construída em local que não seja arejado ou em local afastado menos de 50 m de construções destinadas a outros fins.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.11.2 da NR-31.
18.	21.273.463-6	131477-7	Fornecer moradia familiar que não possua poço ou caixa de água protegido contra contaminação.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.11.1, alínea "g", da NR-31.
19.	21.273.464-4	131469-6	Deixar de disponibilizar lavanderia aos trabalhadores.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "e", da NR-31.
20.	21.273.466-1	131002-0	Deixar de realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.3.3, alínea "b", da NR-31.
21.	21.273.468-7	131037-2	Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.6 da NR-31.
22.	21.273.469-5	131464-5	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31.
23.	21.273.473-3	131023-2	Deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional, antes que assuma suas atividades.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.1, alínea "a", da NR-31.
24.	21.273.476-8	131137-9	Deixar de proporcionar capacitação sobre prevenção de acidentes com agrotóxicos a todos os trabalhadores expostos diretamente.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.8 da NR-31.
25.	21.273.478-4	131147-6	Deixar de fornecer aos trabalhadores expostos a agrotóxicos equipamentos de proteção individual e vestimentas adequadas aos riscos.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.9, alínea "a", da NR-31.
26.	21.273.479-2	131154-9	Permitir o uso de roupas pessoais para aplicação de agrotóxicos.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.9, alínea "h", da NR-31.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

	Nº DO AI	EMENTA	INFRAÇÃO	CAPITULAÇÃO
27.	21.273.481-4	131151-4	Deixar de fornecer água e/ou sabão e/ou toalhas para higiene pessoal, quando da aplicação de agrotóxicos.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.9, alínea "e", da NR-31.
28.	21.273.482-2	131178-6	Deixar de dotar as edificações destinadas ao armazenamento de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins de placas ou cartazes com símbolos de perigo.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.17, alínea "d", da NR-31.
29.	21.273.483-1	131175-1	Manter agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins armazenados em edificação que não tenham paredes e/ou cobertura resistentes.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.17, alínea "a", da NR-31.
30.	21.273.485-7	131177-8	Manter agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins armazenados em edificação que não possua ventilação ou cuja ventilação não se comunique exclusivamente com o exterior ou com ventilação sem proteção que impeça o acesso de animais.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.17, alínea "c", da NR-31.
31.	21.273.486-5	131179-4	Manter agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins armazenados em edificação que se situe a menos de 30 m de habitações ou locais onde são conservados ou consumidos alimentos, medicamentos ou outros materiais.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.17, alínea "e", da NR-31.
32.	21.273.487-3	131441-6	Manter agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins armazenados em edificação que não possibilite limpeza e descontaminação.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.17, alínea "f", da NR-31.
33.	21.273.488-1	131182-4	Deixar de manter as embalagens de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins sobre estrados e/ou em pilhas estáveis e/ou afastadas das paredes e/ou afastadas do teto.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.18, alínea "a", da NR-31.
34.	21.273.489-0	131662-1	Deixar de realizar capacitação dos trabalhadores para manuseio e/ou operação segura de máquinas e/ou implementos.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.12.74, da NR-31.
35.	21.273.491-1	131333-9	Manter instalações elétricas com risco de choque elétrico ou outros tipos de acidentes.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.22.1 da NR-31.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

5. CONCLUSÃO

De acordo com o exposto neste Relatório, restou constatada pelo GEFM a submissão dos trabalhadores acima mencionados, pelo empregador supra qualificado, a condição análoga à de escravo.

Durante as inspeções realizadas na Fazenda Estrela D'Alva, foram verificadas diversas irregularidades que apontaram para um quadro de degradação das condições de trabalho fornecidas a esses trabalhadores, o que foi detalhadamente descrito nos autos de infração em anexo. Constatou-se que as condições de saúde, segurança, higiene e conforto dos trabalhadores eram degradantes e aviltavam a sua dignidade a ponto de a equipe fiscal ter que resgatá-los, tendo sido realizados os procedimentos constantes da Instrução Normativa nº 91/2011, do Ministério do Trabalho.

O reconhecimento da dignidade da pessoa humana é inerente a todos os seres humanos. É princípio absoluto e há de prevalecer sempre sobre qualquer outro valor ou princípio. Este é núcleo essencial dos direitos fundamentais, não se limitando à integridade física e espiritual do homem, mas à garantia da identidade e integridade da pessoa através do livre desenvolvimento da personalidade, dentre as quais se incluem a possibilidade do trabalho e a garantia de condições existenciais mínimas para a execução do labor. A dignidade da pessoa humana foi eleita como princípio estruturante do atual Estado brasileiro.

Os trabalhadores resgatados estavam submetidos a condições de trabalho que aviltam a dignidade humana e caracterizam situação de trabalho degradante, situação indiciária de submissão desses trabalhadores à condição análoga à de escravo, conforme capitulado no Artigo 149 do Código Penal.

O cenário encontrado pela equipe fiscal também vai de encontro aos princípios que sustentam nossa República – a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa (artigo 1º, Constituição Federal), construídos a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Por derradeiro, a situação em que os referidos trabalhadores foram encontrados está também em evidente desacordo com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil: Convenções da OIT nº 29 (Decreto nº 41.721/1957) e nº 105 (Decreto nº 58.822/1966), Convenção sobre Escravidão de 1926 (Decreto nº 58.563/1966) e Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica - Decreto nº 678/1992), os quais têm força cogente e caráter supralegal dentro do ordenamento jurídico pátrio, não podendo ser afastadas na esfera administrativa.

Isto posto, conclui-se pela redução dos trabalhadores acima elencados a condição análoga à de escravo, motivo pelo qual foram resgatados pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

Destarte, sugere-se o envio deste Relatório, juntamente com todos os anexos, ao Ministério Público do Trabalho, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, para a adoção das providências cabíveis.

Brasília/DF, 31 de agosto de 2017.

